

Dois olhares: o massacre de 29 de abril de 2015 narrado pelas emissoras RPCTV e É-Paraná¹

Naiara PERSEGONA²

Ariane PEREIRA³

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná, PR

Resumo

O dia 29 de abril de 2015 marcou a história do Paraná. Data em que se deu o clímax da greve de professores e funcionários da rede estadual de ensino, quando policiais e docentes travaram um confronto em frente a Assembleia Legislativa. Nesse dia, os paranaenses acompanharam o desenrolar dos fatos, que ocorriam na capital, através das informações jornalísticas. Pensando nisso, para esse trabalho, serão analisadas as coberturas telejornalísticas realizadas no dia 29 de abril pelas emissoras É-Paraná (emissora estatal denominada educativa) e a RPCTV (emissora comercial, afiliada da Rede Globo). Para analisar a cobertura dada pelas duas emissoras, serão utilizados conceitos de qualidade da informação, principalmente a noção de contraditório da Iluska Coutinho.

Palavras-chave: telejornalismo; qualidade da informação; contraditório; É-Paraná; RPCTV.

Introdução

Os telejornais são, para grande parte da população brasileira, a única fonte diária de informação. Mesmo com o crescente aumento de popularidade da internet, proporcionada pela diminuição de custo dos dispositivos tecnológicos, (celulares, computadores, tablets...) a televisão ainda é o meio de comunicação de maior acesso entre os brasileiros. Essa informação foi comprovada através da Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a fim de registrar e mapear os hábitos de consumo de mídia pela população brasileira.

A pesquisa, além de apontar a televisão como o meio de comunicação predominante no país (95% dos entrevistados declararam ver TV, sendo que 73% declararam assistir diariamente), também levantou alguns dados interessantes, como: 79% das pessoas assistem à televisão para se informar; os paranaenses assistem à televisão, em média, 3h50 por dia; e o maior período de exposição é das 18h às 23h, com um pico na hora do almoço durante a semana (horários que são exibidos telejornais). Pelo fato de o jornalismo ter conquistado esse expressivo alcance de audiência, em geral, os telejornais e os programas jornalísticos são o carro-chefe das emissoras de televisão.

¹ Trabalho apresentado no Intercom Júnior – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 26 a 28 de maio de 2016.

² Recém-formada em Comunicação Social - Jornalismo, email: naiara.persegona@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social - Jornalismo, email: ariane_carla@uol.com.br

No Brasil, existem emissoras públicas, comunitárias, universitárias, legislativas, comerciais, privadas, estatais, governamentais... Entretanto, há uma falta de esclarecimento entre os papéis de cada uma delas. Muitas pessoas, por exemplo, confundem as TVs públicas com as estatais, isso se dá pelo modo como elas são geridas, já que o governo é o único responsável pela regulação de determinadas emissoras e em alguns momentos utiliza o serviço público de comunicação para fins de interesse próprio. O estudioso de televisão pública Francisco Rui Cádima aponta esse problema em um artigo publicado no livro *Estudos de televisão – diálogos Brasil-Portugal* (2011), argumentando que “as estratégias de comunicação e práticas discursivas do sistema político-partidário foram submetendo lentamente o sistema televisivo às suas próprias necessidades”. Dessa forma, para Cádima, é fundamental para o funcionamento do serviço público de comunicação “um cumprimento estrito e rigoroso dessa necessária distância entre reguladores, regulados e governos” (p.190-191).

Pensando nisso, este trabalho tem como objetivo refletir sobre a utilização do jornalismo como serviço público de comunicação no Paraná, durante uma cobertura específica: o confronto entre policiais e professores ocorrido no dia 29 de abril de 2015. Para isso, lançaremos mão da cobertura dada por duas emissoras que representam categorias de concessões de televisão distintas: a É-Paraná, autodenominada educativa, mas que é estatal em sua gestão e estatuto; e a RPCTV, afiliada da Rede Globo, representando as emissoras comerciais.

Em relação a análise, foi selecionado o dia mais importante e significativo da paralisação: o dia 29 de abril, quando deu-se o confronto entre professores e policiais na praça Nossa Senhora da Salete, enquanto ocorria, em sessão fechada, votação sobre a previdência dos servidores da educação na Assembleia Legislativa do Paraná. Portanto, definimos como corpus de pesquisa todo o conteúdo jornalístico (em seus vários formatos – stand-ups, VTs, notas cobertas, peladas, entrevistas, links...), produzido pelas emissoras RPCTV e É-Paraná, sobre o confronto do dia 29 de abril.

Para tal fim, utilizaremos a análise quantiquantitativa, onde serão comparados os conteúdos das duas emissoras no sentido de perceber/evidenciar qual dedica mais tempo ao assunto, e se esse tempo (maior ou menor) interfere na qualidade da notícia – enfoque, enquadramentos, tempo das sonoras dos líderes políticos, jornalistas, cidadãos, especialistas no assunto, líderes sindicais...

A greve dos funcionários públicos do Paraná

O ano letivo de 2015 não começou nos primeiros dias de fevereiro para os professores e alunos das escolas e universidades estaduais paranaenses. Isso porque a população do estado, em sua maioria, foi surpreendida pelo anúncio do governo Beto Richa – depois do mesmo afirmar e reafirmar, durante a campanha pela reeleição no ano anterior, que as finanças do estado não apenas estavam em dia como eram invejáveis – de que o estado não tinha liquidez, não conseguia pagar seus fornecedores, muito menos investidor. Situação, então, que levou o governo a tomar medidas urgentes e extremadas.

Tendo do seu lado a maioria dos deputados estaduais, o executivo enviou para a Assembleia Legislativa (AL) o “pacotão das maldades”, como ficou conhecido o conjunto das propostas, para ser votado em regime de urgência, sem debates, no sistema do “tratoração”. As medidas diziam respeito, sobretudo, ao fim de direitos trabalhistas garantidos por lei aos professores da rede básica de ensino e das universidades do estado. Entre os cortes estavam o fim dos quinquênios, das licenças especiais e uma mudança no sistema de previdência desses servidores. O estado, que já não vinha depositando há oito anos seu percentual, queria lançar mão dos oito bilhões de reais, recolhidos pelos servidores na ativa e aposentados, em caixa. Com isso, os servidores seriam migrados para um outro fundo previdenciário sem reservas, não mais público. A proposta também estabelecia como teto da aposentadoria um valor muito abaixo dos salários dos professores em final de carreira.

Em resposta ao pacotão e ao modo como ele foi encaminhado pelo governo, os professores da rede básica e universitários iniciaram o ano letivo em greve. Na data da votação das medidas em bloco, os professores tomaram a praça Nossa Senhora da Salette, que fica em frente à Assembleia e a poucos metros do Palácio do Iguacu, sede do governo paranaense. A imagem dos deputados paranaenses chegando à AL num camburão para garantir que a votação fosse realizada correu o mundo. No momento da votação, os servidores conseguiram furar o bloqueio policial e invadiram a Assembleia, impedindo a votação.

Depois de muito impasse, o pacotão foi retirado de pauta com a promessa de que as medidas seriam encaminhadas separadamente, para votação em regime normal, sem lançar mão do recurso do tratoração. Outra promessa do governo é que a questão previdenciária, antes de voltar à AL, seria amplamente discutida com os servidores. Assim, os professores voltaram para a sala de aula na segunda quinzena de março.

Um mês depois, sem debate e sem consenso, a reforma da previdência dos professores, a Paranáprevidência, volta para a Assembleia Legislativa para votação. Em resposta, os servidores, que haviam mantido estado de greve, retomam a paralisação. As votações do projeto de lei, a pedido do legislativo e do executivo, e com autorização do poder judiciário, ocorreram a portas fechadas, sem o acompanhamento de populares nas galerias da AL. Independentemente, os professores foram para a praça Nossa Senhora de Salete, objetivando demonstrar seu posicionamento contrário ao conteúdo do projeto de lei em votação. O governo por sua vez, para garantir a votação, deslocou policiais militares, responsáveis pelo policiamento da capital e de diversas cidades do estado, para o Centro Cívico de Curitiba. O objetivo era impedir que os professores furassem o cerco e chegassem ao plenário.

No dia 28 de abril, durante a primeira votação do projeto, já ocorreu enfrentamento entre manifestantes e policiais, que usaram de spray de pimenta e gás lacrimogênio para conter as demonstrações de repúdio. E essa foi apenas uma amostra do que aconteceria no dia seguinte. Depois dos fatos, muitos analistas apontam a ação do dia 28 como um teste para a estratégia montada para a data da votação em definitivo, possibilitando aos policiais e à Secretaria de Segurança Pública do estado observar os possíveis pontos de fuga dos manifestantes.

Em 29 de abril, pouco depois das 14h, os deputados deram início às discussões que resultariam na votação do projeto de lei. Assim que a votação teve início, começou, também, do lado de fora, uma batalha entre servidores e policiais militares. A força policial foi desproporcional ao número de manifestantes e os aparatos eram desconhecidos. Além dos tradicionais cassetetes e escudos, policiais utilizaram balas de borracha - disparadas a uma distância muito curta dos alvos, e sem respeitar a norma de atingir apenas da cintura para baixo -, bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral, e spray de pimenta. O ataque também veio dos céus. Helicópteros passaram a sobrevoar a área e a atirar bombas contra os professores. Ao fim da batalha, mais de duzentos servidores ficaram feridos, um massacre.

A cobertura dada pelas emissoras É-Paraná e RPCTV

A RCPTV conta, em sua grade diária, com três telejornais – Bom Dia Paraná, ParanáTV 1ª. Edição e ParanáTV 2ª. Edição. No dia 29 de abril, a emissora noticiou a greve dos professores das universidades e da rede estadual de ensino 33 vezes. Numa média

simples, seriam 11 inserções do assunto por telejornal. A decupagem, de todo modo, evidencia a seguinte distribuição, e ao olhar para esses números é preciso pensar no tempo de fade de cada TJ – respectivamente, 60 minutos, 30 minutos e 15 minutos:

Bom Dia Paraná: 11 notícias, em diferentes e diversos formatos, sobre a paralização

ParanáTV 1. Edição: 12 ocorrências da temática

ParanáTV 2. Edição: 10 notícias ligadas ao tema

Essas informações foram dadas em formatos distintos como mostram a tabela abaixo:

Formatos das notícias sobre a greve na RPCTV (quadro geral)

Formatos	Número de ocorrências
Stand up ao vivo	16
VT	5
Reportagem	4
Entrevista (como formato)	6
Nota pé	2
Total de ocorrências	33

Fonte: tabela elaborada pelas autoras

Alguns dos formatos privilegiam, mesmo que haja apuração dos fatos, a visão dos jornalistas envolvidos no processo de cobertura e/ou da emissora. Isso porque neles encontramos apenas uma voz, em formatos que se restringem à presença/narração do apresentador - como é o caso das notas pelada ou seca, coberta (que pode trazer uma ou mais sonoras e, nesse caso, é excluída desse exemplo) e pé ou retorno -, ou a duas, quando há um diálogo entre o apresentador e o repórter - ou seja, o stand-up. Já os outros formatos - como VT, reportagem, link com entrevista, entrevista, entrevista de estúdio e, por vezes, a nota coberta, quando essa insere uma ou mais sonoras - possibilitam a inserção de, pelo menos, mais uma voz e perspectiva, podendo ser essa de fontes oficiais, de especialistas ou do cidadão.

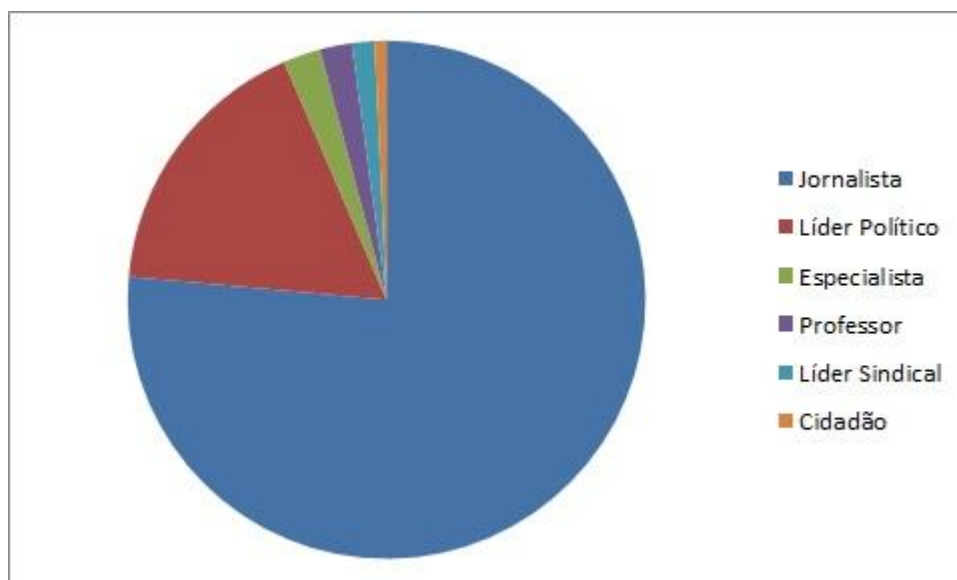
Desse modo, a palavra é dada, preferencialmente, nos telejornais da RPCTV aos jornalistas, aos líderes políticos e aos especialistas como evidencia a tabela que apresenta o tempo e o gráfico, que trata das porcentagens:

Tempo de inserção das vozes nos telejornais da RPCTV

Quem fala	Por quanto tempo
Jornalista	39'40''
Líder Político	8'48''
Especialista	1'12''
Professor	1'02''
Líder Sindical	44''
Cidadão	23''

Fonte: tabela elaborada pelas autoras

Gráfico de vozes nos telejornais da RPCTV



Fonte: gráfico elaborado pelas autoras

A mesma quantificação realizada para a cobertura da RPCTV em relação à greve dos professores paranaenses de 2015 foi realizada a partir do que a *É-Paraná*, emissora educativa do estado, noticiou em seu telejornal. A TV à época dos telejornais analisados contava com apenas um noticiário em sua grade. Com duração de 30 minutos, o *Jornal É-Paraná* é exibido às 19h40⁴.

Assim, o *Jornal é-Paraná* noticiou no dia 29 de abril, o que foi chamado de confronto da praça Nossa Senhora da Salette, quatro vezes. Os formatos utilizados constam na tabela abaixo:

⁴ A partir de primeiro de junho, a *É-Paraná* passa a exibir um segundo noticiário, o *Boletim é-Paraná* que vai ao ar das 11h40 e conta com 20 minutos de fade.

Formatos das notícias sobre a greve na É-Paraná

Formatos	Número de ocorrências
Nota coberta	1
Stand up	1
Reportagem	1
Entrevista de estúdio	1
Total de ocorrências	4

Fonte: tabela elaborada pelas autoras

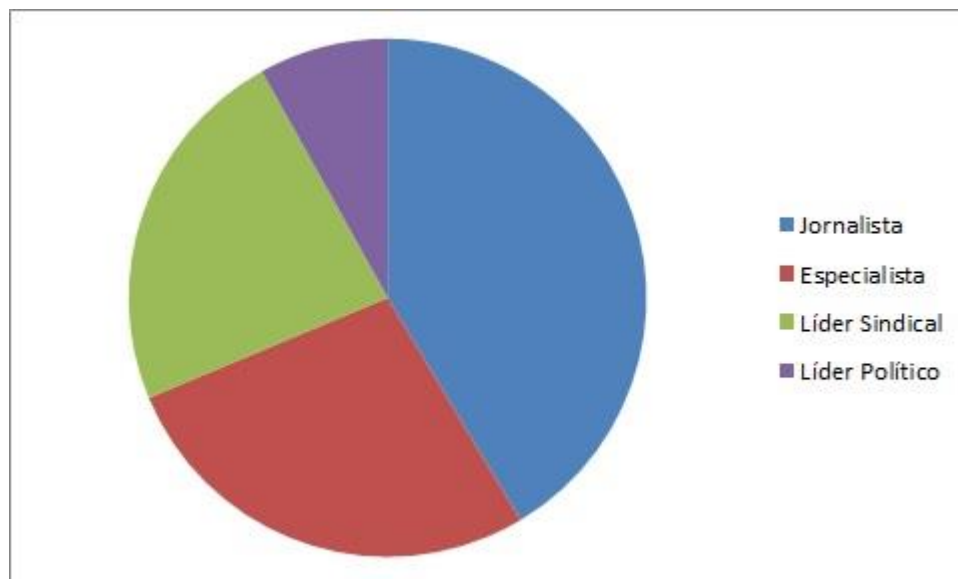
Já a quantificação das vozes presentes na cobertura os dados são os seguintes:

Tempo de inserção das vozes no telejornal É-Paraná

Quem fala	Por quanto tempo
Jornalista	3'15''
Especialista	2'45''
Líder Sindical	1'20''
Líder Político	50''

Fonte: tabela elaborada pelas autoras

Gráfico de vozes nos telejornais da RPCTV



Fonte: gráfico elaborado pelas autoras

Critérios para a avaliação da qualidade da informação

A busca por um telejornalismo de qualidade deveria, e deve, ser uma referência para emissoras públicas e comerciais brasileiras. Mas, como saber se determinada emissora tem

uma programação de excelência, uma grade que condiz com o interesse público? Um dos primeiros estudiosos a refletir sobre essa questão foi Vlademir Herzog que, em meados 1970, se debruçou a pensar propostas de qualidade para o telejornalismo da TV Cultura, dando ênfase à importância do conteúdo, na capacidade de dialogar com os cidadãos.

Jornalismo em rádio e TV deve ser encarado como instrumento de diálogo, e não como um monólogo paternalista. Para isso, é preciso que espelhe os problemas, esperanças, tristezas, e angústias das pessoas as quais se dirige; um telejornal de emissora do governo também pode ser um bom jornal e, para isso, não é preciso "esquecer" que se trata de emissora do governo. Basta não adotar uma atitude servil. (HERZOG, 1975, apud JESUS e BARA, 2012, p. 8)

Desde então, autores da comunicação passaram a procurar estabelecer critérios para avaliar a qualidade das emissoras (principalmente as públicas). Uma delas é Beatriz Becker (2005), que tomou como base o Jornal Nacional para elaborar os conceitos de elaboração das pautas, apuração e construção das notícias, e edição das reportagens. Eugênio Bucci et al. (2012) organizaram o documento mais completo do país referente a qualidade da informação, no qual estão relacionados 188 indicadores. O arquivo, intitulado “Indicadores de qualidade nas emissoras públicas – uma avaliação contemporânea”, foi publicado com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (Unesco) e é um verdadeiro manual para avaliar a qualidade de emissoras públicas. Iluska Coutinho (2013) destacou o contraditório, ou seja, a pluralidade de vozes, como elemento fundamental para garantir a qualidade do telejornalismo.

Os índices variam de autor para autor, enquanto uns dão ênfase em pontos mais relacionados ao conteúdo produzido pelas emissoras, outros dão mais importância para a gestão e a administração do veículo. Entretanto, independente do foco dado em suas pesquisas, o objetivo é o mesmo: apresentar maneiras de avaliar o nível da produção de conteúdos. Como aponta Oliveira Filho (2014), o conceito de qualidade da informação “deve ser visto por profissionais, pesquisadores e estudantes como um guia para a promoção de um jornalismo descentralizado, orientado pelo interesse público e pelo pluralismo” (p.3).

Nesse sentido, se faz necessária a existência dos índices de qualidade, para que as emissoras tenham referências a serem seguidas, e para que estejam sempre preocupadas em desenvolver um jornalismo de excelência – orientado pela pluralidade de vozes e voltado para o interesse público, como defende Oliveira Filho.

Entretanto, para alcançar essas premissas, Bucci et al. (2012) esclarecem que não existe uma fórmula ou um padrão para aplicar os critérios, porque cada emissora possui “sua missão própria e seu entorno social, cultural, econômico e político, e os indicadores podem assumir pesos diferenciados” (p.11) .

Para esse artigo, o conceito de contraditório de Coutinho (2013) foi utilizado como princípio norteador na leitura das coberturas jornalísticas realizadas pelas emissoras RPCTV e É-Paraná no dia 29 de abril. O conceito basicamente diz respeito à necessidade de múltiplas abordagens no telejornalismo, “tendo como referência central a busca pela polifonia de vozes e o respeito ao equilíbrio e à isenção” (p. 31). Multiplicidade de vozes que, posteriormente, é assinalada pela autora como um parâmetro de qualidade do telejornalismo público, e chamado de “busca do contraditório”.

Entre esses parâmetros está a busca pelo contraditório como elemento constitutivo das narrativas das reportagens, entendendo que a realidade também é marcada pela complexidade e que sua compreensão e conhecimento envolvem a necessidade de incorporação de diferentes pontos de vista e olhares sobre temas considerados relevantes (COUTINHO, 2014, p.186).

Telejornal É-Paraná em foco

Único noticiário local da grade da emissora na época, o telejornal É-Paraná vai ao ar às 19h40, de segunda a sexta, e tem duração de 30 minutos. Assim, no dia 19, foi ao ar 30 minutos de conteúdo jornalístico, dos quais a emissora dedicou 8’10” ao assunto da paralisação, que resultam em 27% no total.

Em relação a tabela de vozes da cobertura do Jornal É-Paraná, a "presença do contraditório", definida por Coutinho, simplesmente não existiu no dia 29, já que grande a cobertura da É-Paraná foi guiada por uma única versão de verdade. Conforme Coutinho (2013), a pluralidade de vozes no telejornalismo “orientaria a constituição dos programas jornalísticos em uma emissora pública como espaço para o exercício do direito à comunicação, para além do direito à informação de qualidade” (p.30). Nesse sentido, através da quantificação de vozes e conteúdo das sonoras utilizadas percebemos que a emissora estatal-educativa não garantiu o direito à comunicação, já que utilizou o tempo da programação jornalística para defender um dos lados envolvidos, o lado do governo do estado.

No dia 29, a cobertura dos acontecimentos no Centro Cívico se resumiu a uma reportagem de 2’15”, uma nota coberta com duração total de 1’55”, um stand up com 50”, e

uma entrevista de estúdio com Carla Machi Pucci, identificada como especialista em direito previdenciário, que somou 3'10". Todos esses conteúdos jornalísticos reforçam a versão dos líderes políticos.

A reportagem que foi ao ar no dia 29 defendia que os líderes e representantes dos servidores apoiavam as mudanças propostas pela Paraná Previdência. Para legitimar essa hipótese, foram entrevistados: José Carlos Trizorri, diretor da Associação dos Servidores Estaduais do Paraná e o Elizeo Ferraz Furquim, presidente da Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares de Curitiba. Os dois entrevistados afirmaram que o governo discutiu o projeto antes da votação. Entretanto, outros líderes sindicais, como o Hermes da Silva Leão, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, afirmou repetidamente, durante toda a paralização, que não houve abertura do governo para discussão do projeto. Esse exemplo de voz contraditória, por exemplo, não foi utilizada na reportagem da *É-Paraná*. Só foi ao ar, no dia 29, opiniões que corroboram, sistematicamente, com a versão dos líderes políticos, deixando a impressão que todos os líderes sindicais do estado concordam que o projeto foi amplamente discutido.

Dessa forma, a parcialidade do veículo é evidenciada através da escolha das fontes entrevistadas, principalmente as entrevistas mais longas, como a entrevista de estúdio com a Carla Machi Pucci, especialista em previdência, que foi ao ar horas depois do confronto. Ao longo de 3'10", ela defende o projeto de alteração da previdência dos professores encaminhada pelo governador Beto Richa à Assembleia Legislativa, afirmando que "o projeto não altera as espécies de benefícios e nem altera o valor dos benefícios concedidos aos servidores públicos".

Na nota coberta, um off inicial com duração de 1'10" defendeu, de seu início ao fim, a tese de que os black blocks teriam provocado o confronto, atacando os policiais com bombas caseiras e que esses apenas reagiram para se defender. O off foi seguido de uma única sonora, do governador Beto Richa com duração de 45". Nela, o governador afirma que a polícia estava orientada, diretamente por ele, a ser "pacífica, tolerante" a só reagir se em caso de tentativa de destruição do patrimônio público do povo do Paraná.

No stand up, o repórter Lucian Pichetti fala sobre a aprovação do projeto de dentro da Assembleia Legislativa e enumera alguns benefícios que o texto do projeto prevê, mas o jornalista não cita, em nenhum momento, o confronto que ocorreu no Centro Cívico durante a votação.

Se pensarmos que uma das máximas do jornalismo - ligada aos preceitos da profissão que são a imparcialidade, a isenção e a neutralidade - diz respeito à igualdade dada aos lados envolvidos num determinado fato, a cobertura do dia 29 de abril dada pela *É-Paraná* a greve dos professores do estado em 2015 está longe de ser considerada um bom exemplo de jornalismo. É um cenário, minimamente, curioso, principalmente, por se tratar de uma emissora pública, já que toda emissora estatal, por ser mantida com recursos públicos, isto é, arrecadados a partir da cobrança de impostos do cidadão, é, em essência, pública.

Na ordem democrática, toda emissora estatal é pública, deve ser pública e há de ser gerida como coisa pública. Quanto à exigência preliminar de que toda emissora estatal é necessariamente pública, observe-se que não se concebe, no regime democrático, que uma emissora pertencente ao Estado não se ponha a serviço do interesse público – como todo órgão vinculado direta ou indiretamente à administração pública, ela deve pautar-se por princípios universalmente consagrados como os da moralidade, da legalidade e da impessoalidade, não sendo legítimo, portanto, que ela seja posta a serviço de interesses pessoais, partidários, familiares, comerciais ou religiosos. (BUCCI et.al, 2012, p.21)

A luz da reflexão de Bucci, quando voltamos nosso olhar, novamente, para os números referentes à quantificação da cobertura da *É-Paraná*, é possível afirmar, sem nenhum receio, que a emissora em seu noticiário hierarquiza os lados envolvidos, priorizando o poder governamental em detrimento à voz do público, nesse caso, os professores - afetados pela decisão do governo de mudar a previdência do estado - e os cidadãos, alunos (desde o ensino fundamental 2 até a formação universitária) e seus pais - afetados pela suspensão das aulas. Os números evidenciam, assim, um uso da TV pública do estado em favor de uns, os que estão no poder executivo e legislativo, e em detrimentos de outros, os cidadãos paranaenses.

Dessa forma, analisando as vozes presentes no telejornal *É-Paraná* e também os encaminhamentos dados às pautas relacionadas a greve, percebemos que a emissora deixou de cumprir o seu papel de promover a cidadania enquanto emissora pública e também de garantir que o jornalismo funcione como um serviço público de comunicação, com foco no público e no interesse público.

Os telejornais RPCTV em revista

A RPCTV possui três telejornais exibidos em âmbito estadual pela RPCTV. O Bom dia Paraná vai ao ar de segunda a sexta-feira e tem duração de uma hora, o Paraná TV 1ª.Edição é exibido de segunda a sábado com duração de 30 minutos e o Paraná TV

2ª.Edição também é veiculado de segunda a sábado com tempo de 15 minutos. Somando o fade dos três telejornais, a emissora conta com 1h45 minutos de conteúdo jornalístico local diário, sendo que destes 51 minutos foram dedicados à assuntos referentes a paralização dos funcionários públicos, ou seja, aproximadamente 48% da programação dos telejornais.

A quantificação da programação revela o jornalista como a principal voz dos telejornais da emissora no dia 29, com 39'40" do tempo. Observando os números, podemos colocar lado e lado e comparar os principais envolvidos na paralisação: de um lado o líder político com 8'48" de voz, enquanto do outro lado a junção dos líderes sindicais e dos professores totaliza 1'07". Coutinho (2009) assinala que “a questão do tempo é um dos critérios definidores da relevância e/ou importância de um assunto ou fonte no telejornalismo” (p.9).

Como já observamos, a quantificação de vozes mostrou que os líderes políticos tiveram mais inserção nos noticiários do que os professores e líderes sindicais. Entretanto, curiosamente, o encaminhamento das pautas da emissora não permitiu que essa diferença de tempo colocasse os políticos em posição privilegiada na cobertura. Inclusive, ocorreu o oposto, porque o tempo de voz dos jornalistas (39'40" = 76%) foi utilizado, em vários momentos, com discursos contrários aos líderes políticos. A RPCTV disponibilizou também muitas equipes de reportagem para fazer a cobertura no dia do conflito, por isso a emissora registrou diversas imagens e entrevistas impactantes. Através das cenas, o telespectador conseguiu sentir, mesmo de longe, o clima de guerra que se instaurou na capital. O massacre organizado pela Polícia Militar foi transmitido, de vários ângulos, com diferentes narrações, não deixando dúvidas de que houve o emprego de força desproporcional. Consequentemente, as imagens de covardia da Polícia Militar com os professores provocaram a indignação do telespectador com a PM, o governador do estado e os deputados.

Foram 16 stand ups ao vivo durante o dia do confronto. Na maioria deles, os repórteres descreviam para o telespectador o que estava acontecendo no momento. Uma dessas entradas foi feita pela repórter Andressa Almeida, durante o Paraná TV 1ª. Edição do dia 29 de abril. No link, a repórter descreve o clima em frente a Assembleia Legislativa minutos antes do início da votação.

Olha a quantidade de gente concentrada aqui na frente da Assembleia Legislativa. Todos esperando então a sessão que logo mais vai começar agora a tarde. A situação tá assim, os ânimos estão alterados, os policiais chegaram mais próximos agora aqui dos professores, em comparação a

outra entrada ao vivo que a gente fez. (Paraná TV 1. edição, edição de 29 de abril de 2015)⁵

Para o dia 29 de abril, a RPCTV disponibilizou equipes de reportagem para ficar em vários pontos da Praça e também dentro da Assembleia Legislativa. Foi produzido tanto conteúdo que, no telejornal noturno, o Paraná TV 2ª. Edição, as notícias do interior do estado não foram ao ar neste dia. O jornal, que tem duração de 15 minutos, exibiu apenas notícias sobre os acontecimentos que se desenrolaram dentro e fora da Assembleia Legislativa. A cobertura foi marcada pelo relato dos repórteres, que estavam no meio do conflito. Os jornalistas Diego Sarza e Augusto Klein, mesmo em meio a confusão, conseguiram narrar as investidas policiais contra os manifestantes.

A gente tá bem no meio do confronto dos policiais com os manifestantes. Do outro lado, os manifestantes tão concentrados, enquanto os policiais seguem avançando. Aqui, bem na nossa frente, tem um policial atirando mais uma vez com tiro de borracha. A gente já viu muitas pessoas passando machucadas por aqui. (Paraná TV 2. edição, edição de 29 de abril de 2015)

Daqui nós conseguimos ver a tropa de choque formando uma barreira defendendo a Assembleia Legislativa e arremecendo projéteis, disparando contra os manifestantes.

Nesse momento, a tropa de choque avança para o acampamento dos manifestantes. Disparos estão sendo realizados, muita fumaça, pessoas chorando com dificuldade de respirar e muitos estouros. (Paraná TV 2. edição, edição de 29 de abril de 2015)

Assim como os trechos acima, muitos outros relatos foram gravados, e essas cenas foram exibidas, no dia seguinte, em todos os telejornais da emissora. Aliado a essas reportagens, a RPCTV passou a emitir opiniões, motivada pela violência desproporcional empregada pela PM e o descaso dos deputados que continuaram a votação do projeto, dentro da Assembleia Legislativa. A exemplo disso, um trecho em que o jornalista Fernando Parracho, apresentador do telejornal, provoca o então Secretário de Segurança, Fernando Francichini.

Sempre que as polícias militar e civil fazem alguma ação, o Secretário de Segurança, Fernando Francischini, se apressa em divulgar o resultado do trabalho policial. Nós convidamos o secretário Fernando Francischini para uma entrevista ao vivo sobre a ação da PM no Centro Cívico, a resposta

⁵ As transcrições apresentam, literalmente, as falas/narrações dos repórteres. Assim, foram mantidos os marcadores de coloquialidade da linguagem oral, tais como as abreviações de palavras. Por exemplo, “ta” para “está”.

foi que a Secretaria de Segurança não vai se manifestar. (Paraná TV 2. Edição, edição de 30 de abril de 2015)

Assim como a É-Paraná posicionou-se a favor dos líderes políticos, a RPCTV escolheu o lado dos professores. Ambas emissoras tiveram o seu jornalismo afetado pela subjetividade. Entretanto, tendo em vista que o assunto que estava em pauta era de interesse público e dizia respeito a grande parte da população paranaense (professores, alunos, pais, funcionários...), os jornalistas utilizaram a sua voz para falar além de suas posições profissionais. Entretanto, surpreendentemente, enquanto a É-Paraná utilizou uma emissora pública para defender interesses que não era públicos, a emissora comercial RPCTV fez uma leitura mais completa e mais cidadã do massacre orquestrado pelos policiais em frente a Assembleia Legislativa.

Considerações finais

A reflexão proposta por este trabalho é a de pensar no telejornalismo desenvolvido por duas emissoras paranaenses, durante a cobertura da greve dos professores de 2015. As duas emissoras escolhidas tem as suas premissas definidas a partir do seu tipo de concessão. De um lado a É-Paraná, que é uma emissora estatal, denominada como educativa, que deveria desenvolver um serviço público de comunicação de qualidade, pautado no interesse público e na cidadania, já que toda emissora estatal é pública e não deve atender a interesses partidários. Do outro, a RPCTV, emissora comercial, afiliada da Rede Globo, que tem limites estabelecidos pela publicidade. Entretanto, mesmo com esses limites, é responsável – segundo a Constituição Brasileira, que não distingue emissoras públicas de emissoras comerciais – a garantir uma comunicação de qualidade, principalmente nos noticiários.

A comparação entre as coberturas telejornalísticas das emissoras estatal e privada foi possível através da quantificação da programação – apresentada em formato de gráficos e tabelas – e também pelos conceitos de Iluska Coutinho, Beatriz Becker e Bucci a respeito da qualidade do telejornalismo. Com o suporte da análise quanti-qualitativa, chegamos a um resultado controverso. A emissora privada desempenhou um telejornalismo mais pautado no interesse público que a própria emissora pública. Já a emissora pública não aproveitou o tema de interesse público para promover a cidadania, optou por prestar um serviço partidário.

Desse modo – pressupondo que a comunicação de qualidade é um direito e a televisão é o meio de comunicação mais utilizado do país – a qualidade da informação

televisiva é um serviço de utilidade pública que deve ser garantido pelas emissoras. Canais que, se ainda não conseguiram atingir a excelência, precisam, ao menos, tentar alcançá-la. Garantindo assim, que os cidadãos tenham acesso a uma programação pautada pelo interesse público e voltada para a cidadania.

Referências

BECKER, Beatriz. **Telejornalismo de qualidade: um conceito em construção**. Revista Galáxia, São Paulo, n.10, 2005.

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2014.

BUCCI, Eugênio; FIORINI, Ana Maria; CHIARETTI, Marco. **Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas - Uma Avaliação Contemporânea**. Série Debates CI (Unesco), v. 10, 2012.

COUTINHO, Iluska. **A informação na TV Pública**. Florianópolis: Insular. 2013.

JESUS, Jemima; BARA, Gilze. **As considerações do jornalista Vladimir Herzog para a TV Cultura em 1975**. In: XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2012. Anais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2012.

OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio; COUTINHO, Iluska. **Discutindo Conceitos e Propostas: Uma Análise da Qualidade no Telejornalismo Brasileiro**. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2014, Foz do Iguaçu. Anais do XXXVII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul. Comunicação: Guerra & Paz. São Paulo: Intercom, 2014.